

# Ata da 1ª Reunião Ordinária

---

2 DE SETEMBRO DE 2022

**Grupo de Trabalho 2º Grau**



## ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GT 2G

### Dados da Reunião

Data	Hora início	Hora término	Local
2/9/2022	9h	11h38m	Videoconferência – Microsoft Teams

### Pauta

Item	Descrição
1	Inspiração e Frutos colhidos pelo TRT 18ª Região com a Criação de Grupo de Trabalho Semelhante.
2	Apresentação geral sobre o Centro de Inteligência e suas Coordenações Temáticas (Otimização da Prestação Jurisdicional com Métodos de Inovação e Uso de Tecnologia, Prevenção e Solução Pré-Processual de Litígios, Combate ao Uso Indevido do Sistema de Justiça e Formação de Precedentes Judiciais Qualificados), frentes que teremos como foco principal nos trabalhos a serem desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho 2G do TJPA;
3	Padronização de acórdãos. Necessidade de registrar no PJe a conclusão de julgamento. Ausência de preenchimento automático.
4	Orientações gerais sobre o dessobrestamento (sugestão do desfecho da decisão e demonstração de como as secretarias devem executar no PJe tal ordem);
5	O que ocorrer.

### Participantes

Nº	Integrantes	Órgão/Tribunal	Registro participação <sup>1</sup>
1	Charles Menezes Barros	Juiz de Direito do Grupo Operacional do Cijepa	A
2	Cesar Augusto Puty Paiva Rodrigues	Juiz de Direito da Cogepac e do Grupo Operacional do Cijepa	P
3	João Valério de Moura Júnior	Juiz de Direito do Grupo Operacional do Cijepa	P
4	David Jacob Bastos	Juiz de Direito Coordenador de Inteligência Temática para Formação de Precedentes Qualificados (Cijepa)	P
5	Kátia Parente Sena	Juíza de Direito do Grupo Operacional e Coordenadora de Inteligência Temática	P

<sup>1</sup> P (presença)  
A (ausência)  
S (substituição)

		para Otimização de Prestação Jurisdicional (Cijepa)	
6	Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade	Juiz de Direito Coordenador de Inteligência Temática para Prevenção e Solução Pré-Processual de Litígios (Cijepa)	A
7	Aline Cysneiros Landim Barbosa de Melo	Juíza de Direito Coordenadora de Inteligência Temática para Combate ao Uso Indevido do Sistema de Justiça (Cijepa)	P
8	Caroline Moutinho Barbosa	Gabinete do Des. Leonardo Tavares	P
9	Charlei Gomes de Souza Miranda	Gabinete da Desa. Maria Filomena Buarque	P
10	Victor Renato da Silva Maués	Gabinete do Des. Constantino Guerreiro	P
11	Adriano da Gama Bastos	Gabinete da Desa. Maria do Ceo Coutinho	P
12	Patrícia da Costa Bello	Gabinete Juíza Convocada Margui Bittencourt	A
13	Antônio da Silva Pereira Neto	Gabinete do Des. Ricardo Nunes	P
14	Diego Andrade Pinheiro	Gabinete da Desa. Maria de Nazaré Saavedra	P
15	Tássio Fonseca Barleta	Gabinete da Desa. Gleide Moura	A
16	Diego Maues da Costa do Vale	Gabinete de Des. Amilcar Roberto Guimarães	P
17	José Mauro de Carvalho Vianna	Gabinete do Juiz Convocado José Torquato de Alencar	A
18	Ana Júlia de Melo Marzullo Maia	Gabinete da Desa. Célia Regina Pinheiro	P
19	Elizeu Lima Souza Junior	Gabinete de Des. Roberto Moura	P
20	Danyel Houat Nery de Souza	Gabinete de Des. Ezilda Mutran	P
21	Rosendo Ramos Mora Junior	Gabinete da Desa. Maria Elvina Taveira	S
22	Thais Cristiane Lazarini	Gabinete da Desa. Rosileide Maria da Costa	A
23	Tábata Luciana Martins Gaby	Gabinete da Desa. Luzia Nadja Nascimento	P
24	Natasha Felipe Frazão	Gabinete do Des. José Maria Teixeira do Rosário	P
25	Alexandra Carolina Pawlaski Rendeiro	Gabinete do Des. Luiz Gonzaga Neto	P
26	Marcelo Santos Monteiro	Gabinete do Des. Mairton Carneiro	A
27	Antônio do Couto Santos Junior	Gabinete da Desa. Vânia Lúcia da Silveira	P
28	Marina do Valle Farias	Gabinete da Desa. Maria Edwiges Lobato	P
29	Ana Denize Silva da Costa	Gabinete da Desa. Rosi Maria Farias	P
30	Rafael Costa de Souza Le Bihan	Gabinete da Des. Rômulo José Nunes	P
31	Camila Paiva de Lima	Gabinete da Desa. Vânia Bitar	S

32	Luíza Celeste Costa Monteiro dos Guimarães	Gabinete do Des. Leonam Cruz Júnior	P
33	Cintia de Araújo Souza	Gabinete do Des. Ronaldo Valle	P
34	José Maria dos Santos Filho	Gabinete do Juiz Convocado Altemar Paes	P
35	Jeovana Rodrigues Miranda	Gabinete da Desa. Maria de Nazaré Gouveia	P
36	Denize Fernanda Bruno Jardim	Gabinete do Des. José Roberto Bezerra	P
37	Antonino Cardoso de Freitas Neto	Gabinete da Desa. Eva Coelho	A
38	Manuella Cruz Nobre	Gabinete da Desa. Kédima Lyra	P
39	Fabiola do Socorro Moura	Chefe de Gabinete da Vice-Presidência	S
40	Jane Cléa Marques Coutinho	Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais (CREE)	P
41	Felipe Vítor Santos Vasconcellos	Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais	A
42	Adriana Catarina de Carvalho de Paiva	Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais	P
43	Nelson Silvestre Marques Amorim	Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais	P
44	Miguel Lima Reis Junior	Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais	A
45	Shelley Macias Primo Alcolumbre	Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais	P
46	Ana Paula Machado Tárrio dos Santos	Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais	P
47	Camila Amado Soares	Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas	P
48	Isabela de Almeida Marques da Silva	Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas	A
49	Antônio Nicolas Godinho de Souza Cavalcante	Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas	P
50	Luiz Artur Saraiva Filho	Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas	P
51	Marco Túlio Sampaio de Melo	Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas	P
52	Kátia Maria Franco	Secretaria Judiciária	P
53	Felipe Wanderley Matos de Abreu	UPJ Cível	A
54	Tânia Mara Gonçalves Souza	UPJ Penal	P
55	Elzamar Gonçalves Araújo	Seção Penal	P
56	Gerson de Miranda Lopes	Seção Cível	A
57	Gerson Medeiros da Silva	DPGE	P

58	Augusto Claudino Dias	Diretor da Coordenadoria de Precedentes e Jurisprudência do TRT18 (convidados)	P
59	Tiago André de Freitas	Assessor da Secretaria-Geral da Presidência (convidados)	P
60	Ana Karla Rodrigues Domingues	Chefe de Serviço da Coordenadoria de Precedentes e Jurisprudência (convidados)	P

## I – Abertura da reunião:

O Juiz Auxiliar da Vice-Presidência, Dr. Cesar Augusto Puty Paiva Rodrigues, fez a abertura da reunião, após a leitura da pauta, e passou a palavra aos convidados do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, que inspiraram a criação do Grupo de Trabalho no TJPA.

## II – Pauta:

O primeiro item da pauta tratou da experiência compartilhada pelos servidores do TRT da 18ª Região com a criação de grupo de trabalho desde 2020, voltado para formação de precedente qualificado e prestação jurisdicional de forma estável, isonômica e definitiva, o qual inicialmente era formado apenas por dois assessores de gabinete dos membros da Comissão Gestora de Precedentes e, mais recentemente, ampliado para abarcar representantes de todos os gabinetes de desembargadores, pautado na ampla participação e colaboração mútua de todos que o integram.

De início, os servidores convidados compartilharam quanto a metodologia de trabalho que vem sendo desenvolvida, na qual começou com estudo sobre os dispositivos legais e regimentais que disciplinam os precedentes qualificados, após sobre as ferramentas que utilizam para gestão de precedentes, quanto aos meios de pesquisas disponíveis no TRT, TST e Tribunais Superiores, até que chegassem a fase atual de estudo de demandas repetitivas que congestionam aquele tribunal, sejam as questões com entendimentos convergentes ou divergentes, culminando com a apresentação de propostas de novos precedentes qualificados.

Em sequência, relataram os ganhos alcançados com a criação do grupo, dentre as principais:

1. proposta de aperfeiçoamento do Regimento Interno do TRT da 18 Região, no que tange a formação de precedentes qualificados;
2. interlocução e cooperação entre os membros daquele tribunal, sejam magistrados e servidores, para garantir uniformidade na jurisprudência;
3. pedido de instauração de novos IRDRs pelos desembargadores daquele tribunal, o que até então não havia acontecido, bem como aproveitamento do estudo realizado para fins a apreciação da admissibilidade de IRDR, tendo em vista que no decorrer dos estudos, as partes se anteciparam e propõem o incidente;
4. as assessorias conseguiram se organizar para fazer uma uniformização pré-processual no âmbito de suas turmas, com a criação de subgrupos e quando uma matéria surgia, logo era estudada a questão e uniformizava-se o entendimento;
5. a uniformização de entendimento por meio de formação de precedentes qualificados, ensejou uma redução significativa da taxa de recorribilidade;
6. mais recentemente, já foram identificadas outras oito causas com entendimento convergente para serem tratados por meio de formação de precedentes qualificados.

Por fim, terminaram fazendo o seguinte questionamento: a quem em primeiro lugar interessa a uniformização de jurisprudência por meio da formação de precedentes qualificados? E responderam: aos próprios operadores do Poder Judiciário, magistrados e



---

servidores, os quais tem o interesse de prestar a atividade jurisdicional de forma racional, célere e atenta aos princípios da isonomia e segurança jurídica.

Na sequência, foi tratado o **segundo item da pauta**, apresentado inicialmente pelo Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e Membro do Grupo Operacional do Cijepa, Dr. Cesar Puty, que fez uma apresentação geral sobre o Cijepa a partir dos dados constantes no portal, destacando que as frentes principais deste grupo de trabalho no 2º grau coincidem com os quatro eixos do Centro de Inteligência, representados nas quatro coordenações de inteligência temáticas, quais sejam, otimização da prestação jurisdicional com métodos de inovação e uso de tecnologia; prevenção e solução pré-processual de litígios; combate ao uso indevido do sistema de justiça; e formação de precedentes judiciais qualificados. <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Cijepa/731276-apresentacao.xhtml>

Foram mostrados os diversos projetos desenvolvidos ao longo da atual gestão incluídos no Macrodesafio 6: Consolidação dos Precedentes Judiciais Obrigatórios, ao encontro dos fins do Cijepa e também deste grupo, que em outra reunião serão melhor explorados e disseminados aos integrantes do grupo, dentre eles a criação de grupos de whatsapp para divulgação de precedentes, os modelos de pedido de instauração de IRDRs e IACs, tutoriais demonstrando como instaurar o IRDR e IAC, diretamente no PJe pelos magistrados. <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Cijepa/740293-interacao-entre-cijepa-e-macrodesafio.xhtml> .

Destacou-se ainda que a atuação deste Grupo de Trabalho, além de proporcionar a interlocução direta de unidades estratégicas do segundo grau, volta-se para conhecer o acervo do segundo grau, pensar na melhor forma de gestão de processos, a partir da identificação e monitoramento das questões repetitivas, relevantes, predatórias, estruturais e coletivas, a fim de se garantir adequado tratamento e julgamento.

Por fim, quanto a esse tópico, oportunizou-se uma breve apresentação pelos coordenadores de inteligência temáticos que, naquele momento, encontravam-se presentes na reunião.

A Dra. Kátia Parente e o Dr. David Bastos puderam compartilhar da experiência que tem sido a atuação no Cijepa, em especial no que tange à gestão de processos, no incremento de inovações, que não se restringem a questão tecnológica, mas que de qualquer forma possam otimizar o fluxo processual, da importância da qualificação da jurisprudência e uniformidade de entendimento. Anunciaram, inclusive, a existência de nota técnica já aprovada pela Cogepac, para ser em breve validada pelos demais membros do grupo decisório do Cijepa, com o propósito de provocar futuros estudos quanto à atribuição de peso diferenciado na distribuição de IRDRs e IACs, diante do procedimento e instrução diferenciados, mais trabalhosos, que podem ensejar, inclusive, uma cisão de julgamentos colegiados, admissão e julgamento de mérito, além dos efeitos vinculantes e impactantes para prevenção de novas demandas e diminuição da taxa de recorribilidade.

Foi trazida à reflexão, a possibilidade do uso das técnicas de formação de precedentes qualificados para reafirmação de jurisprudência, nos mesmos moldes que já fazem os Tribunais Superiores, para garantir a qualificação da jurisprudência e plena disseminação quanto ao entendimento definitivo do TJPA sobre determinada questão específica, relevante ou repetitiva, permitindo que seja aferido ao longo do ano seguinte, por meio de dados estatísticos, se tal iniciativa provocou a diminuição da taxa de recorribilidade no segundo grau, além da prevenção na distribuição de novas demandas sobre a mesma questão jurídica.

Além disso, restou a reflexão para saber se seria plausível, por meio de alteração regimental, permitir a reafirmação de jurisprudência em uma única assentada em sessão do Tribunal Pleno, como tem feito o Supremo Tribunal Federal.

---

Outra questão ventilada, foi a possibilidade de suscitação de IAC para qualificar a jurisprudência em conflitos de competência, e assim evitar que inúmeros conflitos sejam instaurados com a mesma controvérsia, gerando diversos pronunciamentos monocráticos.

De igual forma, foi trazida a necessidade de julgamento de pelo menos três IRDRs ou IACs até o dia 31 de agosto de 2023 para fins de pontuação no Prêmio CNJ de Qualidade.

Por fim, quanto a esse item da pauta foi mostrada a equipe criada na ferramenta teams para uso coletivo de todos que integram o “Grupo de Trabalho 2G”, no qual já foram alimentadas algumas informações sobre o Grupo de Trabalho, como normativos respectivos, criação de subgrupo Público/Privado/Penal, uma pequena apresentação sobre os motivos que levaram a sua criação, a sua composição, seus normativos, suas principais frentes e metas a serem perseguidas. Também foi mostrado o levantamento realizado pelo Nugepnac a partir das questões previamente indicadas pelos gabinetes como recorrentes, divergentes ou convergentes, bem como se já existem precedentes qualificados sobre tais questões. Uma planilha foi mostrada, contendo os seis IRDR pendentes até o momento de admissão, sendo quatro de Direito Público e dois de Direito Privado, como ainda estudo realizado sobre questões que poderiam ter sido sumuladas à época, e que hoje podem ser submetidas a uma das técnicas de formação de precedentes qualificados.

[https://tjepa.sharepoint.com/:f:/t/GRUPODETRABALHO-SEGUNDOGRAUEquipe/Erd0\\_5SLAG5Cvu09qnya838BX5sLYpdwzcByHq-wpFfmow?e=rqJQ41](https://tjepa.sharepoint.com/:f:/t/GRUPODETRABALHO-SEGUNDOGRAUEquipe/Erd0_5SLAG5Cvu09qnya838BX5sLYpdwzcByHq-wpFfmow?e=rqJQ41)

O **terceiro item da pauta** trata sobre a necessidade de padronização de acórdãos, em especial quanto a necessidade de ser alimentada a conclusão de julgamento, tendo em vista que o sistema PJe não o faz de forma automática, o que tem provocado a devolução dos processos pelos Tribunais Superiores, para que seja certificada a conclusão, tendo em vista tal importância para análise dos pressupostos dos recursos excepcionais.

<https://tjepa.sharepoint.com/:f:/t/GRUPODETRABALHO-SEGUNDOGRAUEquipe/Eln-OhdUt4RlAd1fpjDLS8B5v4ki8m3EFdtSACuSO94EQ?e=Y3FWvC>

O **quarto item da pauta** trata sobre orientação geral aos representantes das Secretarias quanto a recente necessidade de realização do movimento específico da Tabelas Processuais Unificadas (TPUs) de dessobrestamento e o necessário preenchimento do seu complemento, tendo sido inclusive sugerido um desfecho aos gabinetes, para fins de facilitar o cumprimento pelos servidores das secretarias, o qual indica o código da TPU específico e o seu complemento, evitando-se os equívocos que refletirão nos dados estatísticos.

<https://tjepa.sharepoint.com/:f:/t/GRUPODETRABALHO-SEGUNDOGRAUEquipe/Eln-OhdUt4RlAd1fpjDLS8B5v4ki8m3EFdtSACuSO94EQ?e=7OZ9PP>

### III – Deliberações:

- 1) Realização de estudos, seja individualmente, ou mediante grupos por matéria (Público/Privado/Penal), sobre as questões já sugeridas pelos gabinetes e futura proposição perante o grupo de trabalho quanto ao seu adequado tratamento e técnica de julgamento, com a colaboração dos servidores e magistrados que integram o Nugepnac e Cijepa;
- 2) A próxima reunião ficou preagendada para o **dia 4/11/2022**, às **9 horas**, ficando registrado que não teremos em outubro, tendo em vista o treinamento que será realizado aos integrantes deste grupo, no período de 3 a 6 sobre precedentes judiciais qualificados com o Marcelo Ornellas Marchiori, ex-Secretário de Gestão de Precedentes do STF e atual Assessor-Chefe do Nugepnac do STJ.

## IV - Registro da reunião:

